

**CONHECER O INIMIGO É PRECISO: O SERVIÇO NACIONAL DE
INFORMAÇÕES E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES NA DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Daniel Trevisan Samways

Doutorando na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Bolsista CAPES

Resumo:

O presente artigo analisa o surgimento do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 durante a ditadura civil-militar brasileira, bem como da comunidade de informações. O SNI, em mais de vinte anos de existência, espionou a vida de milhares de cidadãos, suspeitos de subversão. Procura-se nesse trabalho compreender as ações, a estrutura do órgão e sua relação com a comunidade de informações, da qual participavam vários órgãos de informações, como do Exército, Aeronáutica, Marinha e polícias civis, militares e federal. Esta comunidade de informações, coordenada pelo SNI, produziu dados sobre a atuação de supostos subversivos, dando sustentação para as forças repressivas. Por outro lado, torna-se importante compreender a estrutura teórica que norteou a ação do órgão. Nesse sentido, também serão analisados os conceitos de Doutrina de Segurança Nacional, Guerra Revolucionária, bem como cursos e formações para agentes secretos, alguns dos quais com origem no antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI).

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Espionagem; Repressão; Informações

Abstract:

This article analyzes the emergence of the National Intelligence Service (SNI), created in 1964 during the civil-military dictatorship in Brazil, as well as the intelligence community. In over twenty years of existence, the SNI spied on the lives of thousands of citizens suspected of subversion. It seeks to understand the actions in this work, the structure of the body and its relationship with the intelligence community, which participated in various organs of information, such as the Army, Air Force, Navy and civilian police, military and federal. This information community, coordinated by SNI, produced data on the performance of alleged subversives, giving support to the

repressive forces. On the other hand, it is important to understand the theoretical framework that guided the action of the organ. In this sense, also will consider the concepts of the National Security Doctrine, Revolutionary War, as well as courses and training for secret agents, some of which originated in the old Federal Information and Counter Information Service (SFICI).

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Espionage; Repression; Information

Em uma palestra proferida no Curso de Informações na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1970, intitulada *Espionagem nas informações*, o palestrante trazia uma nova e poderosa arma que em breve seria a grande revolução nos meios de comunicação sigilosos. Não se tratava de avançados equipamentos tecnológicos, ou supercomputadores a serviço dos agentes secretos, então em formação. O novo recurso em questão era a telepatia. Afirma o palestrante que:

Embora esteja ainda na fase experimental e de estudos, queremos assinalar aqui esse novo meio de comunicação que o homem vem procurando dominar. Trata-se da possibilidade de controlar o fenômeno parapsicológico da telepatia, tendo em vista a previsão alarmante de que a capacidade cada vez maior dos computadores tornará, no futuro não muito remoto, praticamente impossível a existência de uma cifra indecifrável. Sabe-se que atualmente as grandes potências mundiais estão empenhadas na solução desse problema, que virá revolucionar as comunicações sigilosas.¹

A afirmação acima pode parecer estranha nos dias atuais, e talvez até soasse fantástica para muitos na data em que foi proferida. Porém, em tempos de Guerra Fria tal afirmação poderia fazer sentido para militares sempre em busca de novas armas. Se o período foi marcado por um grande avanço tecnológico em relação ao desenvolvimento de novas armas, possíveis ou não, foi também de preocupação em relação à figura do comunista, visto como subversivo e inimigo da segurança nacional. O discurso de combate ao suposto “perigo comunista” criou certa paranoia não somente nos agentes repressivos, que prendiam, torturavam e matavam “subversivos”. Pode-se afirmar que a preocupação com os comunistas também se instalou nos serviços de espionagem do mundo ocidental. O medo e a aversão aos seguidores da doutrina comunista fez com

que os setores de informações suspeitassem da presença de seu inimigo em praticamente toda a sociedade, a qual deveria então ser completamente vigiada e espionada, em nome da ordem e da segurança nacional.

Este estudo analisa a formação e a implantação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964, bem como suas motivações e anseios, a serviço da ditadura civil-militar brasileira. Porém, não se pode pensar na implantação desse serviço em separado, mas antes, como reflexo de um projeto muito mais amplo do governo militar de eliminar da cena política o “perigo comunista”. Além disso, a criação desse órgão reflete também os ideais anticomunistas do governo estadunidense, o qual apoiou a implantação de ditaduras militares em praticamente toda a América Latina, com suporte financeiro, material e teórico, mas também a grande influência das teorias francesas de *Guerra Revolucionária*. O Serviço Nacional de Informações foi, antes de tudo, fruto dessa tensão e dessa vontade de eliminar a “subversão” da sociedade, fazendo parte de um projeto muito mais amplo do governo militar brasileiro. No entender dos militares, o desenvolvimento real da sociedade só aconteceria através de uma forte política de segurança nacional, eliminando aquilo que seria estranho a ela ou ainda portador de doutrinas “estranhas”. Disso resulta a *comunidade de informações*, bem como a estruturação de um sistema repressivo, que teve seu ápice com o Destacamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), criados com o objetivo de unificar as forças repressivas em prol do combate aos “subversivos”.

A criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência: o início da espionagem brasileira

Para muitos, a criação de um serviço secreto brasileiro foi obra da ditadura civil-militar a partir de 1964, com o Serviço Nacional de Informações. Porém, um serviço dessa natureza foi inicialmente estruturado durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, em 1946. Criado em 06 de setembro, o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), teria como atribuições “tratar de informações no Brasil”, preparando o país para a guerra.² Todavia, essas informações levantadas seriam a respeito dos próprios brasileiros, principalmente supostos subversivos. O *Serviço*, como ficaria conhecido o serviço secreto brasileiro, não possuía nenhuma estrutura, sala ou mesmo aparelho telefônico. Somente com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o SFICI saiu realmente do papel para a ação efetiva no mundo da espionagem.

Pressionado pela Escola Superior de Guerra (ESG), que passou a ser a grande matriz teórica do meio militar, e pelo governo estadunidense, que cobrava a efetivação de um serviço de informações, Kubitschek deu início à implantação do novo órgão. Contando com apoio dos Estados Unidos, que ofereceu cursos aos militares brasileiros no fim dos anos quarenta e início dos anos cinquenta³, o serviço foi montado sob a égide do combate ao comunismo e de ideologias “extremistas”. Dentre os militares que deixaram sua marca no órgão, cabe destacar a presença de Golbery do Couto e Silva e de João Baptista Figueiredo. Mesmo detectando uma articulação contra o presidente João Goulart, o SFICI não conseguiu – ou não quis – impedir o golpe militar em março de 1964.

O período em que foi criado o SFICI, e seu posterior fortalecimento, está inserido em um contexto no qual os Estados Unidos passaram a conceder verbas para a causa anticomunista, bem como patrocinando polícias e serviços de inteligências em diversas partes do mundo.⁴ Por outro lado, o Brasil acabou recebendo influência não somente dos Estados Unidos, mas também de teóricos franceses no que diz respeito ao combate à “subversão”. Pesquisas mais recentes apontam que o conceito de *Guerre Révolutionnaire*, introduzido na Escola Superior de Guerra em 1959, foi também muito importante para o golpe civil-militar em 1964, bem como para a posterior implantação do Serviço Nacional de Informações.⁵ Em seu estudo, Martins Filho demonstra como esse conceito foi sendo incorporado pelas forças de repressão e espionagem, além de afirmar que as teorias que apresentam a Doutrina de Segurança Nacional como a mais importante – ou como a única fonte teórica dos militares –, desconsideraram o conceito francês, elaborado para combater os rebeldes na revolta da Argélia, na qual se confundiam elementos como política, ideologia, operações bélicas em um mesmo conflito. O conceito de Guerra Revolucionária acaba se integrando às teorias produzidas dentro da Escola Superior de Guerra. A possibilidade de uma guerra nuclear deixava de ter tanta importância, dando espaço para o combate ao inimigo comunista, “veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, armas em punho, em guerrilheiro em busca da conquista do poder.”⁶ A tradução pelo tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara de um artigo que saía em 1957 na *Revue Militaire d'Information*, ligada ao governo francês, intitulado “A guerra revolucionária” e publicada no *Mensário de Cultura Militar*, apresenta os fundamentos da Guerra Revolucionária. Segundo o texto, os subversivos ou revolucionários visavam sempre conquistar o poder e derrubar o regime existente e,

para tanto, buscariam conquistar moral e fisicamente a população, empregando técnicas destrutivas, nas quais poderiam ser incluídas greves, terrorismo, manejo das massas, além de atividades que envolviam a propaganda e por fim a criação de um aparelho governamental clandestino.⁷ Para Maud Chirio, o conceito de Guerra Revolucionária muitas vezes é erroneamente associado ao de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o qual normalmente é visto como uma doutrina importada dos Estados Unidos, não abordando as especificidades nacionais. Esse conceito da DSN foi amplamente utilizado por boa parte da historiografia que analisa o período ditatorial como a base teórica dos regimes latino-americanos para combater o inimigo comunista. Porém, longe de ter como única influência os Estados Unidos, o Brasil absorveu outras teorias de combate à subversão.⁸ A doutrina francesa, segundo Martins Filho, contribuiu para fundamentar as bases teóricas do golpe civil-militar em 1964, bem como para a estruturação do aparelho repressivo instalado posteriormente.⁹ Em parceria com a Argentina, o Brasil também acabou tendo forte influência da doutrina francesa, demonstrando também o caráter colaboracionista entre as ditaduras civil-militares.¹⁰ Neste sentido, a França contribuiu com o conceito de guerra revolucionária, o qual foi importante para os sistemas de informação, organização do aparato repressivo, além da tortura e do desaparecimento. Já os Estados Unidos contribuíram com treinamento para implementar teorias de contrainsurgência. Dessa forma, Brasil e Argentina elaboravam também seus próprios conceitos de segurança nacional, definindo quem eram os inimigos a serem combatidos.¹¹

O Serviço Nacional de Informações, produto dessa ideologia de segurança nacional, não configura-se, por certo, apenas em um aparelho repressivo. Ele faz parte de uma *“estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964.”*¹² No discurso militar a *informação* tem grande importância para a defesa interna, a qual visa todos os inimigos da nação e portadores de ideologias estranhas. Para a Escola Superior de Guerra, informação seria:

[...]o conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios.¹³

Com a justificativa de enfrentar uma guerra psicológica, o SNI era criado pelo presidente Castelo Branco em 13 de junho de 1964.

A criação do Serviço Nacional de Informações e o surgimento do monstro

Planejado e arquitetado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI era subordinado diretamente ao Presidente da República, absorvendo totalmente o antigo SFICI, o qual estava sob supervisão do Conselho de Segurança Nacional. Dessa forma, Castelo Branco criava um novo órgão de informação sob seu comando direto, dirigido e coordenado por um de seus mais fiéis aliados e impedia que o *Serviço* ficasse sob a direção de militares vistos como “radicais”, como o grupo liderado pelo General Arthur da Costa e Silva.

A Lei nº 4.341 de 1964, em seu Art. 2º, afirmava que:

[...]o Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.¹⁴

Por certo, os assuntos que pudessem interessar à segurança nacional, em tempos de combate à “subversão”, tornaram-se amplos demais, colocando milhares de cidadãos como suspeitos de estarem contra a ordem e contra a “Revolução”. Ao nos depararmos com a documentação produzida pela *comunidade de informações*, que além do Serviço Nacional de Informações, abrangia outros órgãos de informações dos ministérios militares e as seções de informações dos ministérios civis, conhecidas como Divisões de Segurança e Informação (DSI), torna-se evidente, devido à quantidade de material produzido, certa paranoia por parte desses órgãos. Objetivando dar suporte ao Presidente da República com informações que interessassem à segurança nacional, esses órgãos vasculharam a vida de milhares de cidadãos, além de produzirem relatórios e informes sobre a subversão nacional e internacional. Tais relatórios eram produzidos, muitas vezes, de forma distorcida pelos agentes de informações, os quais enxergavam o perigo da subversão em praticamente tudo. Por outro lado, além de produzirem uma infinidade de relatórios, que, em muitos casos não condiziam com a realidade, superestimando um suposto inimigo, dotado de um poder muito além do real e com uma grande capacidade de organização e mobilização, essas informações contribuía para a própria repressão. Caracterizavam-se em uma produção de efeitos de sentido que

atenderam de forma eficaz a vontade de suprimir o “outro”, aqui entendido como aquele identificado com ideologias estranhas aos valores nacionais ou ainda que tentavam subverter a ordem estabelecida, vistos como subversivos e comunistas. Dessa forma, o “subversivo” tornava-se o portador de tensões e contaminado por ideias estranhas, sendo associado diretamente ao comunismo, sendo esse:

[...] tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. (...) Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis.¹⁵

Com essa construção de efeitos de sentido a partir dos órgãos de informação, os militares conseguiram, em certa medida, justificar a própria repressão sobre um inimigo que ameaçava a ordem vigente e os valores ocidentais. Para Carlos Fico, este “corpo de especialistas”, aqueles que produziam e faziam circular informações, tornaram-se produtores de um discurso que acabou por sustentar suas próprias ações, como a espionagem e a violência, mas também a conduta daqueles vistos como “moderados”. Para o autor, esse grupo dos chamados moderados, admitia a espionagem e a violência como algo indispensável. Esses relatórios e informações produzidas por esses órgãos não devem ser vistos apenas como um amontado de papéis, os quais abordam temas fragmentados e de forma excessiva.¹⁶ Para Fico, configuravam:

[...] uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção. Mas ao contrário do que pensa importante corrente radical da teoria literária, tais efeitos de sentido não são tudo o que a história pode almejar recuperar. Esse material retórico, [...] municiou o 'corpo de especialistas' de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão. Portanto, gerava efeitos extra-discursivos, podendo ser analisado como a narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz. Assim, uma das formas mais eficazes do agir da comunidade de segurança e de informações foi o estabelecimento dessa relação entre ela própria, que 'executava', e os demais militares, que a admitiam, baseada na força de elocução de um tal discurso – que assim vivificava, recriava-se continuamente e sustentava ações.¹⁷

Os órgãos de informações produziam assim, um discurso que sustentava e legitimava as ações repressivas, no que diz respeito a sua necessidade, além de darem suporte na questão operacional. Se essa comunidade produziu informações que beiravam o excesso e o absurdo, de forma distorcida e exagerada pelos olhos de seus produtores, também conseguiu dados verdadeiros sobre seus oponentes, exterminando focos de guerrilha rural e várias organizações de esquerda.

O SNI foi criado tendo total autonomia financeira, que sempre havia sido negada ao SFICI. Tais verbas seriam generosas e teriam origem tanto do Orçamento da União quanto de fundos secretos. Para sua instalação, foram gastos aproximadamente 200 milhões de cruzeiros, ou o equivalente a 964 mil dólares. Com tantos recursos e com autonomia financeira, o SNI teria liberdade para criar agências regionais nas principais capitais do país. A antiga estrutura do SFICI foi absorvida apenas pela agência regional do Rio de Janeiro. Incorporando o quadro funcional do antigo órgão, o SNI também poderia requisitar civis e militares de outros ministérios e órgãos do poder Executivo, o que não necessariamente exigia a aprovação por parte do Presidente da República. Não somente questões financeiras e administrativas, mas também todo um arcabouço de informações, utilizado em cursos de formação de agentes secretos acabou sendo herdado do antigo órgão. Na coleção conhecida como “O Informante do Regime Militar”¹⁸ são encontradas diversas apostilas para treinamento de agentes secretos como, por exemplo, a apostila *Informações – curso para encarregados de casos e agentes*, de 1961. Mesmo produzido no período anterior ao da ditadura civil-militar e ter sido elaborado para o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, os dados e instruções ali contidos irão permanecer depois de 1964. O curso com duração de trinta dias estava dividido da seguinte forma:

- I. Informações – Generalidades
- II. Organização do SFICI e da SSOP
- III. Segurança – Generalidades
- IV – Natureza e características de atividades clandestinas
- V. Segurança.
 1. Segurança Pessoal
 2. Segurança da Organização
 3. Segurança Operacional.
 4. Cobertura

- 4.1. Pessoal
- 4.2. Grupo
- 4.3. Organização da cobertura
- 5. Ocultamento
- 6. Compartimentação
- VI – Observação
- VII – Comunicações
- 1. Generalidades
- 2. Planejamentos
- 3. Meios
- VIII- Vigilância
- 1. Generalidades
- 2. Vigilância visual
- 3. Vigilância técnica
- 4. Preparação da Vigilância.
- IX – Relatos
- X- Entradas subreptícias
- XI- Entrevista – Interrogatório – Provocação
- XII- Fotografia – noções gerais¹⁹

Uma observação é feita logo na página seguinte, afirmando que apenas os coronéis Golbery, chefe do gabinete, e Ávila, chefe do SFICI, poderiam interromper a aula. Existe também uma descrição minuciosa de todas as formas de obtenção de informações, as quais significavam “conhecimento”. Neste sentido, a fotografia era também disciplina obrigatória nos cursos de informações. Além de noções básicas sobre tipos de lentes, especificidades da fotografia como foco, distância focal, diafragma, velocidade e obturador, por exemplo, eram ensinadas algumas estratégias para a utilização da fotografia na espionagem. Tornava-se então “muito fácil utilizar câmeras para vigiar entradas e saídas de prédios. Quando estas são volumosas seu emprego torna-se mais fácil em automóveis estacionados a certa distância do edifício vigiado. É possível, também, utilizá-las de janelas de casas vizinhas.”²⁰ Era importante que o agente tomasse cuidado com

[...] fotógrafos ambulantes que existem em todas as grandes cidades,

particularmente quando estiverem acompanhados por outros membros da organização, pois na realidade, difícil se torna distinguir e afirmar se um fotógrafo é apenas um profissional ou se trabalha para o serviço de informação ou polícia.”²¹

Além desses funcionários públicos, o SNI poderia contratar colaboradores fora dos quadros do serviço público, pagos com verba secreta, não implicando ônus para a folha de pagamento. Essas vantagens e autonomia financeira eram garantidas através do direito que o órgão adquiriu de não tornar públicas informações básicas sobre sua organização, regras de funcionamento e quadro de pessoal. Nem o Congresso teria acesso a essas informações, não cabendo nenhum controle externo a ele.²²

As ações do SNI se distribuíam em três frentes: política, tóxicos e pornografia. No entender militar, os comunistas não usariam apenas a força armada para derrubar o mundo ocidental, mas se utilizariam de meios para minar por dentro o ocidente, “debilitando” sua população lentamente. Com o avanço dos meios de comunicação e com a expansão da televisão e do cinema, os setores anticomunistas entendiam que os subversivos estariam se apropriando de armas psicológicas para conquistar corações e mentes, buscando também debilitar a juventude através do incentivo ao consumo de drogas e pregando o amor livre. Em um país de maioria católica e ainda permeado por um pensamento conservador, as drogas e a pornografia eram vistas como um grande mal a sociedade, e que estaria a serviço de Moscou para debilitar os valores tão defendidos pelo ocidente. Por outro lado, discursos pacifistas também foram associados a uma campanha subversiva para enfraquecer militarmente os países ocidentais, facilitando uma posterior conquista pelos comunistas. Era necessária uma atenção redobrada para esse “perigo” e as armas utilizadas pelo “inimigo”, que ameaçavam subverter a ordem. A política, os tóxicos e a pornografia eram então considerados vírus que ameaçavam não somente a estrutura militar, mas também o mundo ocidental como um todo. Esses vírus seriam agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional.²³

A preocupação com a América Latina por parte dos Estados Unidos não esteve restrita ao apoio militar aos golpes ocorridos nessa região. Além da Agência Central de Inteligência (CIA), os latino-americanos contaram com o apoio da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), que buscava conceder recursos a diversos países, com o intuito de que esses combatessem o comunismo, auxiliando os EUA em sua

corrida anticomunista. Por certo, tais recursos não se destinavam apenas ao combate da pobreza e da miséria, nem tampouco tinham apenas características humanitárias. Serviam antes para aparelhar as polícias e exércitos desses países, buscando reprimir levantes populares de características subversivas. Em 1962 o presidente estadunidense John Kennedy almejava um treinamento de policiais civis, ministrado por um setor em separado dentro da AID, o qual se materializou na Seção de Segurança Pública (OPS), criada em novembro de 1962. Através desses órgãos, forças de polícia de diversos países receberam apoio e treinamento, muitas vezes encobertos e em caráter secreto. A OPS não se limitou somente a preparar policiais, mas também ofereceu ao SNI ajuda e treinamento.²⁴

O discurso em defesa do SNI afirmava que as principais potências democráticas possuíam um setor de inteligência bem aparelhado, pois o mesmo era fundamental para a garantia da ordem e da democracia. No Brasil, a ditadura civil-militar conferiu a si uma imagem democrática, garantindo à população que sua atuação nada mais era do que a simples manutenção do sistema democrático. Não obstante, o lema do governo era “a Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil.” Porém, o órgão brasileiro de inteligência em muito se diferenciava de seus parceiros estrangeiros. Estes possuíam um serviço de atuação apenas interno e outro dedicado a ações externas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a CIA realizava as operações externas e o FBI atuava internamente. O mesmo ocorria em outros países, como França, Alemanha, Reino Unido. O modelo brasileiro se assemelhava muito mais ao modelo soviético, que concentrava na KGB (Comitê de Segurança do Estado) a espionagem interna e externa, além de exercer funções de polícia política e formular políticas de governo. O status conferido ao SNI era imenso, tornando-se um campeão de poderes, tendo uma área de atuação mais abrangente, autonomia maior, um Ministro como chefe, fiscalização externa quase inexistente, além de exercer um grande poder de interferência em outros órgãos.²⁵

Logo após sua posse, Costa e Silva pôde colocar em prática um antigo objetivo: a criação de um serviço secreto do próprio Exército. Criado em 02 de maio de 1967, o Centro de Informações do Exército (CIE) transformou-se em uma das mais temidas siglas da ditadura civil-militar, não somente pela sua capacidade de espionar, mas principalmente pela sua violência. Surgiu da fusão da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e da instância de informações do gabinete do ministro, conhecida como D2 (Divisão de Informações).²⁶ Para chefiar o cargo, foi escolhido o coronel Adyr Fiúza de

Castro, um dos mais radicais militares do período. O CIE contava com o maior quadro de pessoal, configurando-se num dos órgãos que mais se empenharam no combate à subversão. Os agentes deste centro compuseram também a maior parte dos quadros dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), setores esses, subordinados diretamente ao Ministério do Exército e ligados à segurança nacional. Segundo Priscila Brandão:

[...] com exceção das informações do SNI, que eram centralizadas na Agência Central, todas as questões relativas à repressão naquele período foram conduzidas pelos CODI e pelos DOI, que passaram a operar em conjunto com as polícias estaduais e federal, sob a direção e coordenação formal do ministro do Exército. A essa estrutura e esse conjunto de operações se deu o nome de Sistema Nacional de Segurança Interna (Sissegin).²⁷

Ao CIE foi concedido uma grande quantidade de recursos, como um andar inteiro na sede carioca do Ministério do Exército, contando com 80 militares, especializados em análises de informação, fotógrafos, microfilmagem, arquivistas, escutas telefônicas, combate de rua e uma turma de assalto e destruição. Além disso, o CIE contratava também informantes e tinha capacidade para fazer escutas em 50 telefones ao mesmo tempo. Uma das grandes capacidades do CIE, além da repressão, foi a infiltração de seus homens no movimento estudantil, sendo muitas vezes presos por engano por outros órgãos.²⁸

Devido a grande importância do SNI, Costa e Silva cuidou de colocar um de seus homens de confiança na direção deste órgão, o general Emílio Garrastazu Médici. Uma das primeiras medidas do novo chefe foi a reformulação das chamadas Seções de Segurança Nacional, pouco atuantes até 1967, as quais passaram a ser denominadas Divisão de Segurança e Informações (DSI) e subordinadas ao SNI.²⁹ Essas DSI estariam presentes em todos os ministérios civis, além da criação das Assessorias de Segurança e Informações, que seriam as seções de informações de organismos importantes e empresas públicas. Desta forma, Médici deu um enorme alcance ao órgão sob sua chefia, colocando um braço do SNI em cada ministério e uma ASI em várias empresas e órgãos públicos, como Correios, Petrobras, Embratel, Itaipu, Ibama, universidades federais e estaduais, etc. As DSI e ASI tinham por função vigiar a conduta dos funcionários, bem como a rotina de trabalho dos ministros. Esses dois órgãos, chegaram a abrigar 1.500 funcionários. Uma das mais atuantes DSI foi a do Ministério da Justiça,

chegando a contar com 53 funcionários, numa produção quase frenética de informações, como no ano de 1970, em que esse órgão chegou a solicitar, sozinho, ao Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, 412 Pedidos de Busca.³⁰

Era necessário, porém, capacitar todos esses agentes presentes no SNI. Nada melhor do que o centro de formação da intelectualidade militar: a Escola Superior de Guerra. Era preciso moldar os agentes segundo os valores da Doutrina de Segurança Nacional e de Guerra Revolucionária e fazer com que esses agentes não somente cumprissem seu papel, mas também tivessem uma formação anticomunista. Era importante ao regime que seus homens acreditassem que a espionagem e o combate a “subversivos” se faziam necessárias e totalmente justificáveis em nome da segurança do país. Para tanto, entre 1967 e 1970 foi ministrado na ESG o Curso de Informações. Essas aulas, iniciadas já em 1965 para formar os quadros do recém criado SNI, abordavam temas técnicos, conceitos, planejamento estratégico e análise de outros serviços secretos. A partir de 1967 o combate à subversão passa a ser o foco principal do curso, buscando demonstrar como conter o perigo comunista. Dentre as apostilas elaboradas para esse curso, um exemplo é *Operações contra o Movimento Comunista Internacional*. Esta explicava como derrotar o inimigo, aproveitando-se de sua vulnerabilidade, “ação direta contra os líderes”, “ação indireta contra a subversão” infiltração no movimento subversivo, além de ensinar que o segredo da vitória constituía-se em identificar os movimentos subversivos ainda no início e impedi-los de crescer.³¹

Um dos objetivos do curso era demonstrar a importância da informação para um país, reafirmando que esta já era utilizada muito antes, inclusive com exemplos bíblicos:

Nêste ponto, devemos recordar que as atividades informativas são tão antigas como a própria vida. Assim, encontramos na Bíblia numerosas passagens em que ficam bem estabelecidas as necessidades informativas dos antigos personagens bíblicos. Podemos citar, neste sentido, o Capítulo 13 do livro IV de Moisés, quando este envia agentes de espionagem com as seguintes instruções: ‘ 19) E observai como é a terra; e o povo que a habita, se é forte ou débil, se numeroso ou não. 20) Se a terra habitada é boa ou má; e como são as cidades habitadas, se de tendas ou de fortalezas. 21) E como é o terreno, se é fértil ou não, se nele há ou não árvores...’

Nesta passagem bíblica encontramos sintetizados os principais fatores que constituem a informação integral; quer dizer, a informação política, econômica, social, militar, biográfica e geográfica e, se bem que não incluía a

informação científica, isto se compreende porque naqueles tempos esta atividade era pouco desenvolvida e praticamente nada incidia nos resultados das guerras.³²

No entender dos militares que ministravam os cursos e produziam esse material, era importante que seus alunos acreditassem que o inimigo de fato existia e que possuía grande poder, além de demonstrarem que a repressão era importante, comparando muitas vezes o país a uma família, na qual era importante repreender os filhos desviantes e educá-los dentro dos padrões morais e religiosos:

A célula mater da sociedade é a família. (...) Assim sendo, qual o fim de uma família em que não exista o princípio da hierarquia consciente e natural de pais para filhos, (...) em que não haja o respeito mútuo, provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem aos filhos os princípios básicos da religião, da moral e da honestidade? Fatalmente essa família será conduzida aos caminhos da sua desintegração e, por conseguinte, do seu enfraquecimento. Assim como as famílias, são os países; e assim como os pais, são os governos.³³

Com uma formação de quadros especializados no curso da ESG, contando com grande orçamento e vasculhando cada vez mais a vida de inúmeros cidadãos e exercendo também um controle dentro da estrutura governamental, logo o SNI passou a ser ainda mais importante dentro do governo, e seu chefe, o general Médici, passou a ser um dos homens mais influentes da ditadura civil-militar, chegando a cobrar do presidente Costa e Silva medidas mais duras contra a subversão, que vinha crescendo cada vez mais através de movimentos armados. Tal medida se tornou real em dezembro de 1968 com o Ato Institucional número 5 (AI-5).

Em agosto do ano seguinte, Costa e Silva sofre um derrame cerebral e os militares receosos que o seu vice, Pedro Aleixo, o único a votar contra o AI-5, assumisse, articulam uma nova intervenção criando uma Junta Militar para substituir o presidente. Depois de confirmada a incapacidade de Costa e Silva, o então ex-chefe do SNI, general Médici é indicado à presidência, tomando posse em outubro de 1969. Chegara a hora do *Serviço* ocupar a Presidência da República. Esse período também foi marcado por um aumento significativo da violência contra opositores do regime.

Médici foi substituído no SNI pelo general Carlos Alberto da Fontoura, o qual

entendia que não faltava liberdade no país, apenas que a esquerda queria liberdade demais, uma “licenciosidade”. O órgão administrado pelo general Fontoura tornara-se cada vez mais poderoso, principalmente após o decreto de 16 de junho de 1970, que instituía o Plano Nacional de Informações, que se tornou a base legal para a criação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), também conhecida como *comunidade de informações*. Esta comunidade era controlada pelo SNI, que coordenava os trabalhos, e era formada pelos serviços secretos da Marinha, Exército e Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e ASI, Polícia Federal e Polícia Civil. Com um sistema de informações extremamente eficiente não foi difícil para o governo eliminar focos da luta armada espalhados pelo país. Após o sucesso da Operação Bandeirantes (Oban) criada no estado de São Paulo, o governo Médici, optou por agrupar os serviços de repressão no sistema CODI-DOI. A *comunidade* fazia o levantamento e produzia as informações, e os grupos englobados pelo CODI-DOI executavam a repressão.

Além dos serviços secretos do Exército, os militares criaram também o serviço secreto da Aeronáutica e reformularam o da Marinha. Criado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM) e transformado em Centro de Informações da Marinha (Cenimar) em 1957, este órgão caracterizou-se pelo sigilo e eficiência. Com o endurecimento do regime, em 1968 o Cenimar passou a ser subordinado diretamente ao ministro da Marinha. Em 1968 era criado também o Núcleo de Serviço de Informações da Aeronáutica (N-SISA), transformando-se em 1970 em Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).³⁴

Considerando o ensino ministrado na ESG muito vago para a formação de quadros para o setor de informações, o governo anunciou em 1971 a criação da Escola Nacional de Informações (ESNI), com recursos e infraestrutura muito elevados para o período. O objetivo do governo era criar o centro mais sofisticado de ensino do país. O governo estadunidense interessou-se pela criação da escola e ofereceu pronta ajuda para a nova academia de agentes secretos. Segundo Lucas Figueiredo:

Os Estados Unidos consideravam que a Esni poderia desenvolver um trabalho com repercussão não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul. A fome dos americanos casava perfeitamente com a vontade de comer dos militares brasileiros. O governo do presidente Richard Nixon convidou então o general Enio (dos Santos Pinheiro) para um estágio de seis meses na CIA e no FBI, em Washington, um roteiro idêntico ao que colegas de farda

havam realizado em 1956 e em 1964 na busca de subsídios para a criação do Sfici e do SNI, respectivamente.³⁵

Em 1972 a ESNI foi inaugurada em um bloco de prédios com muitas tecnologias, como um salão de tiros, auditório com fones de ouvido em todos os assentos, duas piscinas, quadras poliesportivas e um circuito de corrida oval. Para um órgão que formaria agentes secretos e que teve em torno de sua construção toda uma preocupação para evitar infiltrados comunistas que poderiam sabotar a obra, o SNI viu-se no direito de não pedir o habite-se da obra. Eram três os cursos ministrados no ESNI: A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). Os cursos B e C duravam um semestre enquanto o A durava um ano letivo. O curso A era uma espécie de Pós-graduação, destinado a formar chefias, sendo abordados temas políticos, econômicos, e sociais brasileiros. Era exigido do aluno, para o curso A, que ele possuísse o diploma do curso B ou C, curso superior completo, ou curso do Estado-Maior. O curso B destinava-se aqueles que seriam os analistas de informação, incluindo matérias como sociologia, história e ciências políticas. O aluno era então emergido no mundo do comunismo, conhecendo sua história, analisando sua propaganda e a forma como praticavam sua guerra psicológica. Para os militares, as denúncias de tortura no Brasil eram uma propaganda dos comunistas afirmando que:

[...] na América Latina, a atual propaganda comunista, usando da técnica de denúncias de tortura e perseguições, que em certa época foi preponderante contra o Brasil, visa no momento também o Chile. A orquestração de numerosas frentes (...) tem como um dos principais objetivos no momento a desmoralização do atual governo.³⁶

Já o curso C formaria os agentes de rua do SNI, tratando de temas mais técnicos, como escutas telefônicas, gravação de conversas, métodos de interrogatórios, utilização da fotografia, além de defesa pessoal. Um dos pontos mais importantes do curso era também como interrogar um suspeito, aproveitando-se de falhas em sua personalidade e fraquezas pessoais. O recrutamento destes alunos era feito principalmente em corpos de elite do Exército, com jovens na faixa de 21 a 24 anos. Esses jovens, que permaneciam nas Forças Armadas como segundo-tenente, eram obrigados a pedir baixa do Exército para ingressarem na ESNI, podendo ser desligados da escola por vários motivos. Em 1973 eram formadas as primeiras turmas da ESNI.³⁷ Ao analisar a formação dos

quadros que comporiam o SNI, fica claro que o mesmo não receberia apenas técnicos e analistas de informação, mas antes pessoas capacitadas para efetuarem a prisão e também o interrogatório. Mesmo não sendo parte de sua função, nem tampouco ser o lugar por excelência de prisões e torturas, segundo Priscila Brandão, “os agentes do SNI tiveram participação efetiva nesses processos de busca e muito provavelmente colaboraram nos casos de tortura.”³⁸

As principais atribuições do SNI eram a interceptação de correspondências, roubo de documentos, escutas telefônicas e o acompanhamento da vida das pessoas, fossem elas adversárias ou mesmo aliadas do governo. O SNI conseguiu infiltrar seus homens tanto em organizações clandestinas como no partido de oposição legalizado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O governo do general Médici chegava ao fim com um número expressivo de desaparecidos: 104 casos, 53 somente nos últimos seis meses de governo. Em 1974, Geisel foi empossado como presidente do país, levando consigo para o SNI o general João Figueiredo, além de trazer de volta ao governo Golbery do Couto e Silva. A falsa ideia de uma alternância entre “duros” e “moderados” na presidência deve ser problematizada, pois os governos vistos como “moderados” foram também marcados por inúmeros atos de exceção e violência. A ditadura civil-militar foi marcada por períodos de liberalização e radicalização e esses ocorreram não necessariamente obedecendo aos governos que, historicamente, foram denominados duros ou moderados. Antes, tais mudanças estão relacionadas a fatores do campo político e obedecem a determinações conjunturais.³⁹

Dentro dessa disputa, o SNI constituiu-se em espaço para acomodar aliados e simpatizantes, não estando imune ao jogo político do período, marcado em determinados momentos pela união ou afastamento dessas diferentes correntes militares. Ao mesmo tempo, foi um importante órgão na produção e difusão de informações, impulsionado por um sentimento de medo e preocupação em relação à “ameaça comunista”. A comunidade de informações, da qual o SNI era o coordenador, enxergava o avanço do comunismo em várias esferas da sociedade, devendo, segundo os militares, ser duramente reprimido. Com certo exagero e com uma produção frenética, os dados levantados pelo SNI conferiram legitimidade à repressão contra setores de oposição ao governo. Em muitos casos a suspeita foi direcionada para pessoas ou grupos que nada tinham a ver com grupos de esquerda. Neste sentido, durante a ditadura civil-militar brasileira, todos poderiam se tornar suspeitos em

potencial, pois, segundo o discurso militar ninguém estaria imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção. Para esses agentes, qualquer indício poderia ser um aspecto desabonador da conduta de um determinado indivíduo, não sendo difícil criar milhares de culpados, conforme crescia a preocupação com o comunismo.

Pode-se afirmar que o SNI contribuiu efetivamente para o funcionamento da repressão, indicando o caminho para que supostos “inimigos da nação” fossem encontrados. A intrincada rede que une informação e repressão, com a participação de vários órgãos, fez desse período um dos mais violentos de nossa história recente. Uma violência e uma estrutura que deixaram marcas profundas em nossa sociedade até os dias atuais.

Referências

ANTUNES, Priscila. “Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: FICO, Carlos. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). COPRA/CODES. Equipe de Documentos Privados. Coleção Informante do Regime Militar – X-9. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. “O golpe de 64 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, n. 40, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3. ed. Petropolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

LAGÔA, Ana. *SNI: Como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

_____. “A ditadura revistada: unidade ou desunião”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004a.

_____. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Comunicação no Congresso The Cultures of Dictatorship, Universidade Maryland, 2004b. Disponível em <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>

_____. “Os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire”. In: SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida. (Org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 182.

PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência”. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Notas

¹ *Espionagem nas informações no Brasil, da equipe do DE (Curso de Informações)*, de 1970. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 171.

² FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005. p. 50.

³ René Dreifuss aponta em seu estudo como a Escola Superior de Guerra (ESG) contou com a ampla colaboração estadunidense, desde sua criação até cursos oferecidos nos Estados Unidos a brasileiros. Por certo, além de uma formação ideológica no combate ao comunismo, a tese de Dreifuss aponta para o fortalecimento de uma tecno-burocracia e de um “aparelho civil e militar modernizante”, o qual estaria diretamente vinculado a multinacionais e ao capital estrangeiro. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 77-82. Já Martha Huggins analisa o treinamento oferecido a policiais brasileiros por estadunidenses já nos anos quarenta, principalmente com a Agência Federal de Investigação (*Federal Bureau of Investigation - FBI*), através de seu Serviço Especial de Inteligência (*Special Intelligence Service - SIS*). HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Cortez, 1998. pp. 69-91.

⁴ Sobre a destinação de recursos estadunidenses para países latino-americanos, ver HUGGINS, Martha K. *Op. cit.*, 1998. FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. Os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire. In SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida. (Org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 182.

⁶ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 20.

⁷ *Ibidem*. 21.

⁸ *Ibid.*

⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Comunicação no Congresso The Cultures of Dictatorship, Universidade Maryland, 2004b. Disponível em <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>

¹⁰ BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

¹¹ BAUER, Caroline Silveira. *Op. cit.*, 2012. p. 41.

¹² LAGÔA, Ana. *SNI: Como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11

¹³ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Apud. LAGÔA, Ana. *Op. cit.* 1983. pp. 14-15.

¹⁴ Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Apud FICO, Carlos. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 346.

¹⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 146.

¹⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 22.

¹⁷ FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. p. 22.

¹⁸ A documentação *O Informante do Regime Militar* aborda uma série de documentos e apostilas utilizados no treinamento de agentes de informações. Alguns não possuem data de criação, mas sabe-se que foram usados nos cursos de formação na ESG e posteriormente na Escola Nacional de Informações. O primeiro curso realizado referente à atividade de informações data do ano de 1958, com o curso piloto realizado pelo brigadeiro João Mendes da Silva na ESG. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

¹⁹ Informações – Curso para encarregados de casos e agentes. BR AN, Rio X9.0.TAI.1/16. p. 3.

²⁰ *Ibidem*. p. 30.

²¹ *Ibid.* p. 30.

²² FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* 2005. pp. 124-125.

²³ LAGÔA, Ana. *Op. cit.*, 1983. p. 19.

²⁴ HUGGINS, Martha K. *Op. cit.*, 1998. p. 149.

²⁵ FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005. p. 129.

²⁶ FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. p. 91.

²⁷ ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. In FICO, Carlos. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 220.

²⁸ FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* 2005 p. 154.

²⁹ FICO, Carlos. *Op. cit.* 2001. p. 84.

³⁰ FICO, Carlos. *Op. cit.* 2001.

³¹ FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* 2005. p. 165.

³² *Apostila sobre a importância da informação e a construção de serviços de informação*. Coleção Informante do Regime Militar – X-9. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 6.

³³ *Atuais movimentos subversivos no Brasil, da equipe do Cenimar*. De 1970. Da Esg. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* 2005. p. 171.

³⁴ BRANDÃO, Priscila. *Op. cit.* 2008. pp. 219-220.

³⁵ FIGUEIREDO, Lucas. *Op. Cit.* 2005. p. 222.

³⁶ *Apostila da 2ª Jornada de Estudos de Informação, de 1973*.

³⁷ FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.* 2005. pp. 225-232.

³⁸ BRANDÃO, Priscila. *Op. cit.* 2008. p. 221.

³⁹ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 64 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. In: “*História: Questões & Debates*”. Curitiba: Editora UFPR, n. 40, 2004. p. 14. MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995. pp. 115-121.